

**ATA DA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO EXERCÍCIO DE 2026 DO
CONSELHO FISCAL DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA – IPSJBV.**

Aos 20 (vinte) dias do mês de maio de dois mil e vinte e seis, às 09h00 (nove horas), reuniram-se na sede do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de São João da Boa Vista – IPSJBV, sito à Rua Senador Saraiva, 136 – Centro, os membros do Conselho Fiscal nomeados pelas Portarias nº 18.583, de 29/01/2025, nº 18.655, de 10/02/2025 e nº 18.678, de 17/02/2025, a Presidente: **NATALIA AZEVEDO VILLELA SANTOS** (Instituto Totum CP RPPS COFIS I) e demais Membros do Conselho: **THARCIO DE LUCCAS MENDONÇA AZEVEDO** (Instituto Totum CP RPPS COFIS I); **SÔNIA KÁTIA DA SILVA OZÓRIO SABIA** (Instituto Totum CP RPPS CODEF I); **FABRICIO EVERTON MARIANO DA SILVA ALDIGHERI** (Instituto Totum CP RPPS CODEF I); **LUIS CARLOS EVARISTO** (Instituto Totum CP RPPS COFIS I); e a Secretária: **ROSINÉA DE FÁTIMA FERNANDES VALENTIM GOMES** (Instituto Totum CP RPPS CODEF I), a reunião contou com a presença de **EDILAINE APARECIDA TRINDADE** (Certificada pelo Instituto Totum CP RPPS DIRIG I), da Diretora Administrativa/Financeira **EDNÉIA RIDOLFI** (certificada pela ANBIMA CPA 10; Instituto Totum CP RPPS DIRIG I; Instituto Totum CP RPPS CG INV III) e do Diretor Jurídico **MATHEUS DE PAIVA MUCIN** (Instituto Totum CP RPPS CODEF I). Após a verificação do quórum, o Superintendente **Sérgio Venício Dragão**, nomeado pela Portaria nº 18.448 de 02 de janeiro de 2025, iniciou a sessão, deu os cumprimentos a Edilaine Aparecida Trindade por sua aposentadoria, que foi aprovada pelo Conselho Administrativo e por sua atuação no Conselho Fiscal, em seguida solicitou a Diretora Administrativa/Financeira Ednéia Ridolfi a apresentação do vídeo sobre o 22º Congresso Estadual da APEPREM, realizado entre os dias 08 a 10 de abril de 2026, em Campos do Jordão-SP, com a participação de dois conselheiros administrativos e dois servidores do Instituto, o superintendente comentou sobre informações apresentadas no vídeo, relacionada a questão da inversão da base da pirâmide, que está mudando, aumentando o número de aposentados e reduzindo a quantidade de ativos. Em seguida passou a palavra ao Diretor Jurídico Matheus

de Paiva Mucin que iniciou sua fala dos seguintes tópicos: **1) FALA DO DIRETOR JURÍDICO:** Matheus iniciou sua fala explanando sobre a realização da Campanha do agasalho 2026 - iniciativa do instituto, como nos anos anteriores, sendo possível doar roupas na recepção do órgão. **A) TEMA Nº 1.254:** Seguindo com sua fala, Matheus atualizou os membros do Conselho Fiscal acerca do status das discussões acerca do Tema nº 1.254 do STF – decorrente de reunião anteriormente realizada entre IPSJBV, RH, Sindicato, INSS e IPSJBV. Foi realizada mais uma reunião entre o IPSJBV, PGM, DRH e o Sr. Prefeito, para apresentação da proposta ventilada a respeito da Consulta GESCON nº L510483/2024. No entanto, antes da decisão final pelo Executivo, foi sugerida a realização de uma pesquisa de campo com regimes próprios da região no sentido de verificar a existência de situações semelhantes e o modo como procederam. O Superintendente Sérgio ficou incumbido de tal levantamento, mencionando que já consultou oito RPPS's, aguardando a resposta de dois. O resultado da pesquisa será apresentado ao Executivo para decisão final. **B) PREGÕES EM ANDAMENTO:** Dando sequência, Matheus expôs sobre o Pregão nº 01/2026 – serviços de limpeza, que foi homologado em **15/05/2026**, sendo a empresa vencedora a FORTE PADRÃO SERVIÇOS DE TERCEIRIZAÇÃO, com o contrato assinado em **18/05/2026** e a prestação dos serviços já em vigência. Em seguida, informou sobre o Pregão nº 02/2026 – plataforma de processos digitais, que está em fase recursal, sendo a empresa provisoriamente vencedora a EINAR TECNOLOGIA SERVIÇOS DIGITAIS, aprovada na prova de conceito e habilitação de documentos. Na fase recursal, a atual contratada, 1DOC TECNOLOGIA, impetrou recurso, que está em regular fase de análise pelo Agente de Contratações e Membros da Equipe de Apoio. Explicou-se que o IPSJBV estuda a possibilidade de prorrogar de modo excepcional o contrato vigente para prestação do objeto, que se encerra em **27/06/2026**, com o intuito de, a depender do resultado final do certame, garantir uma migração/transição sistêmica segura, com atuação concomitante das duas empresas, com vistas a preservar todo o acervo e a integridade dos dados armazenados por mais de quatro anos junto à empresa atualmente fornecedora, que somam mais de 39.000 documentos, visto que o certame se estendeu muito

mais do que o planejado, ainda que tenha sido iniciado com a devida antecedência, ainda em fevereiro do corrente ano. Isso porque o processo suportou três retomadas de sessões, duas provas de conceito extensas e agora enfrenta a fase recursal, tudo isso alinhado à agenda escassa dos membros designados pela Prefeitura Municipal para atuarem como Agente de Contratações Públicas e Membros da Equipe de Apoio, tendo em vista o elevado número de licitações ocorridas entre os meses de março e abril. **C) OFÍCIO Nº 079/2026:** Matheus tratou também do Ofício nº 079/2026, de **05/05/2026**, encaminhado ao Poder Executivo. Trata-se do reenvio do projeto de lei para correção da lei local acerca do cálculo da insuficiência financeira segundo o entendimento adotado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP), no sentido de desassociar o patrimônio do plano previdenciário ao confronto entre receitas e despesas do exercício. Matheus explicou que a medida se deu em cumprimento das orientações e determinações da Corte de Contas quando da análise dos exercícios 2023 e 2024. Foi alertado que o não cumprimento de determinação é passível de reprovação de contas em exercício subsequente. O Diretor pontuou que a sentença de 2024 deixa clara a separação de responsabilidades entre a autarquia e o restante dos entes locais. Em outras palavras, ao IPSJBV cabe não medir esforços na tentativa de solução do impasse – seja através de reuniões, ofícios, anteprojetos de leis, entre outros. Contudo, o gestor do RPPS não pode ser responsabilizado por atos que não dependem exclusivamente de sua atuação, como a aprovação de um projeto legislativo, por exemplo. **D) RESOLUÇÃO Nº 01/2026:** Matheus lembrou aos membros acerca da Minuta de Resolução nº 01/2026, que tratava da regulamentação da avaliação médica pericial previdenciária periódica para aposentadorias decorrentes de invalidez ou incapacidade permanente para o serviço, nos termos da Lei Complementar nº 5.599/2026, debatida na reunião anterior. Informou que o documento já foi aprovado pelo Conselho Administrativo na última reunião ordinária e publicado na edição de **19/05/2026** do Jornal Oficial. Agora, com a vigência dos novos critérios, existem elementos para prosseguimento da contratação através dos ajustes nas peças necessárias (Termo de Referência, Estudo Técnico Preliminar, entre outros). **E)**

CONTRATAÇÃO DE NOVO CUSTODIANTE: O último tema da pauta foi o processo de contratação de nova custodiante de títulos públicos, nos termos da Resolução CMN nº 5.272/2025. A atual custodiante é a BGC LIQUIDEZ DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., que não está adequada à nova resolução, tendo em vista não estar enquadrada nos segmentos S1 ou S2. Matheus julgou pertinente levar ao Conselho Fiscal a matéria, que já foi debatida no Comitê de Investimentos e Conselho Administrativo. Atualmente, todas as peças necessárias à nova contratação (Documento de Formalização da Demanda, Termo de Referência e Aviso de Dispensa de Licitação) já foram elaboradas pela Diretora Administrativa/Financeira. Contudo, segundo a recomendação da consultoria LEMA, é necessária alteração na resolução interna de credenciamentos antes de se proceder com a nova contratação – medida que está sendo diligenciada. Para prosseguir, ainda, é necessário traçar um valor médio de mercado, o que apenas será possível após o levantamento de, no mínimo, três orçamentos. Até o momento, contamos com apenas um orçamento, da qual aguardamos os demais. Encerrando sua pauta, o Diretor Jurídico deixou a sala de reuniões. **2) -**

OUTROS ASSUNTOS: **A)** O Superintendente informou ao conselho sobre o andamento da Implantação da Smarapd; **B)** Sobre a nova consultoria financeira da empresa Lema, Ednéia comentou sobre a Plataforma UNO, que gerenciará a carteira do Instituto, com as movimentações atualizadas até o dia 15 de maio, no entanto, com ajustes a serem realizados pela equipe de TI do UNO. O acesso será disponibilizado aos membros do Conselho, conforme solicitado. O São João Prev utilizará o sistema UNO e Atlas simultaneamente até agosto/2026. **C)** Dando continuidade o Superintendente falou sobre o Programa Pós-Aposentadoria, com o tema “Festa Junina” que ocorrerá no dia 26/06/2026 das 12h00 às 16h00 e contará com apoio do UNIFAE e do Departamento Municipal de Cultura. **D)** A Diretora Administrativa/Financeira comentou sobre o Processo Administrativo 379/2026 criado pensando na Educação Continuada, onde serão colocados os links de palestras e também os vídeos, para otimizar o acesso a informação. **E)** O superintendente falou sobre a realização da Campanha do Agasalho de 2026, onde o Instituto será um ponto de captação e posterior

direcionamento para uma Instituição. Relatou ainda, sobre a iniciativa do servidor Marcos Vinicius, para um ponto de coleta no Instituto, para o descarte de pilhas e baterias usadas. **F)** Informou também sobre a realização da dedetização e higienização do reservatório de águas pluviais e limpeza das caixas d'água, no prédio do São João Prev no dia 05/06/2026. **G)** Comunicou o recebimento de convite do Sindicato Municipal dos Servidores Públicos, para a cerimônia de inauguração da nova quadra de esportes "Benedito Donizetti de Jesus" e da área de lazer "Mauricio Belizário", no dia 03/06, às 19horas. **3)- RELATÓRIO DA DIRETORIA ADMINISTRATIVA e FINANCEIRA:** A palavra foi concedida à Diretora Administrativa e Financeira, Ednéia Ridolfi, que apresentou o detalhamento técnico referente ao mês de **Abril/2026 (doc. anexo 1) – Benefícios e Atendimentos:** Concessão de 01(uma) aposentadoria e realização de 22 atendimentos pela Diretora Benefícios; **Quadro de Servidores:** 1.222 inativos e 2.264 ativos; **Demonstrativos Financeiros:** Apresentação das Receitas e Despesas dos Planos Financeiro e Previdenciário; Repasses e utilização da Taxa de Administração (conforme LC 5531/2025 – Prefeitura); Fundo de Oscilação e Aportes; despesas mensais e valores remanescentes da referida taxa. Durante a apresentação do relatório, o Conselheiro Thárcio indagou se há alguma informação a respeito de possíveis investimentos do São João Prev no novo produto lançado pelo Tesouro Nacional, chamado Tesouro Reserva, a Diretora Administrativo/Financeira se comprometeu a analisar este produto e eventual viabilidade, e que trará informação na próxima reunião. O Conselheiro Evaristo fez sua colocação sobre esse assunto, disse que o Tesouro Reserva é uma forma de Poupança para Pessoa Física, com a vantagem de não ter oscilações para o pequeno investidor. Seria uma nova forma do Governo captar mais e também competir com os CDBs. Ainda sobre o relatório, foi apresentado o Descritivo da Situação do Contencioso, que tramitou na Procuradoria do São João Prev, sendo 49 (quarenta e nove) processos movimentados em abril.**4)-BOLETIM FOCUS:** Sérgio apresentou os indicadores econômicos e o desempenho financeiro do Instituto, destacou a oscilação nas estimativas anuais de inflação, que registraram (15/05/2026) 4,92% e em 02/03/2026 3,91%, **fonte relatório Fócus**, bem como os Índices de Inflação, o

IPCA fechou em 0,67% (abril/2026). O desempenho da carteira no acumulado foi de 4,45% e a meta de 4,48%. **5)-COMPREV**: Citou sobre o Repasse de Compensação Previdenciária (Comprev), com a entrada total de R\$ 474.554,85 no dia quinto dia de maio, sendo: R\$ 373.893,37 do plano financeiro e R\$ 100.661,48 do plano previdenciário. **6)-CUPOM DE TÍTULOS PÚBLICOS** : Informou-se sobre a entrada de cupom de títulos dos anos ímpares no dia 15/05/2026, no montante de R\$ 2.243.518,80, que foi aplicado conforme determinado pelo Comitê. **8)- ANÁLISE E APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS CONTÁBEIS DE ABRIL DE 2026**: Os conselheiros fizeram a análise dos documentos contábeis referentes ao mês de abril de 2026, examinaram os movimentos diários, os relatórios das Demonstrações Contábeis e a Conciliação Bancária das Contas Correntes e Investimentos, disponíveis na plataforma 1DOC - **Processo Administrativo 380/2026**. Após a análise, constataram que a movimentação estava em conformidade, e não apresentaram quaisquer ressalvas. Após todas as considerações e análises referentes ao fechamento do mês de abril de 2026, a Presidente e os demais conselheiros aprovaram por unanimidade a movimentação contábil, sem ressalvas. Nada mais havendo a ser tratado na presente reunião, foi a mesma encerrada no mesmo dia e local, às 10h45, e eu, Rosinéa de Fátima Fernandes Valentim Gomes, na qualidade de secretária do Conselho Fiscal, anotei e digitei a presente ata que segue assinada por mim e por todos os presentes. São João da Boa Vista – SP, aos 20 (vinte) dias do mês de maio de dois mil e vinte e seis (20/05/2026).

NATALIA AZEVEDO VILLELA SANTOS
(presidente)

SÔNIA KÁTIA DA SILVA O. SABIA
(membro titular)

ROSINÉA DE FÁTIMA F. V. GOMES
(membro titular / Secretária)

THÁRCIO DE LUCAS M. AZEVEDO
(membro titular)



FABRICIO EVERTON M. S. ALDIGHERI

(membro suplente)

SÉRGIO VENÍCIO DRAGÃO

Superintendente

MATHEUS DE PAIVA MUCIN

Diretor Jurídico

EDNÉIA RIDOLFI

Diretora Adm./Financeira

EDILAINE APARECIDA TRINDADE

Contadora

Sumário

1.INTRODUÇÃO.....	2
2.CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS.....	2
3.CANAIS DE ATENDIMENTO DO SÃO JOÃO PREV	2
4.SERVIDORES	4
5.RECEITAS E DESPESAS DO MÊS.....	5
5.1.Plano Financeiro	5
5.2.Plano Previdenciário	6
5.3.Taxa de Administração.....	9
5.4.Fundo de Oscilação de Risco	11
6.RECEITAS E DESPESAS DE JANEIRO À ABRIL DE 2026.....	12
6.1.Plano Financeiro	12
6.2.Plano Previdenciário	13
6.3.Taxa de Administração.....	14
6.4.Fundo de Oscilação de Risco	14
7.SUPERINTENDÊNCIA.....	14
7.1.Assuntos Administrativos	15
7.1.1.Repasses de COMPREV (INSS) e Aporte (Prefeitura)	15
7.1.2.Reunião com o prefeito para a prestação de contas e apresentação de projetos	15
7.1.3.Regularidade normativa da segregação de massas.....	15
7.1.4.Situação dos servidores sem concurso (tema 1.254 STF)	16
7.1.5.Contratação de custodiante e governança	16
7.1.6.Consultoria Lema e plataforma uno	16
7.1.7.Indicadores e assuntos administrativos	17
7.2.Investimentos	17
8.ANÁLISE DOS INVESTIMENTOS	21
8.1.Cenário Econômico	21
8.2.Carteira de Investimentos	22
9.DESCRITIVO DA SITUAÇÃO DO CONTENCIOSO	32

➤ Para agilizar o atendimento ao servidor ativo, foi implementado o agendamento prévio. Nesse procedimento o servidor procura o IPSJBV para averbação do tempo de contribuição, assim como para contagem de tempo para a aposentadoria, além dos casos do pedido de aposentadoria. No mês de março a Diretoria de Benefícios realizou 22 atendimentos neste segmento.

➤ Após a conclusão do processo de implantação, com todas as inconsistências devidamente ajustadas, as instituições financeiras passaram a utilizar exclusivamente o sistema Consignet para a contratação de novos empréstimos consignados, bem como para o gerenciamento das concessões realizadas anteriormente a contratação do sistema.

➤ O Recadastramento é realizado presencialmente pelo servidor aposentado na sede do Instituto de Previdência ou mediante procuração, quando o aposentado reside em outra localidade ou está impossibilitado de se deslocar.

Com a aprovação da Lei Complementar nº 106/2025, o IPSJBV implementou a prova de vida on-line por meio do reconhecimento facial, proporcionando mais agilidade, segurança e comodidade aos segurados. Essa inovação permite realizar o procedimento sem a necessidade de deslocamento.

Paralelamente, a lei complementar mantém a opção da prova de vida por visita domiciliar para segurados com dificuldades de locomoção ou condições de saúde que impeçam o comparecimento presencial. Dessa forma, garante-se que beneficiários em situação de vulnerabilidade não sejam prejudicados, preservando seus direitos sem comprometer seu bem-estar.

➤ Além do atendimento por telefone, WhatsApp e e-mail, o São João Prev disponibiliza a ouvidoria como canal de comunicação para que segurados e servidores possam apresentar reclamações, críticas, elogios, sugestões e pedidos de informação. O foco é garantir agilidade e respostas imediatas aos aposentados e pensionistas. Essa

ferramenta contribui para o aprimoramento institucional e a transparência, assegurando a opção de manifestação sigilosa ou anônima.

4.SERVIDORES

Quadro com total de servidores ativos e inativos por plano Financeiro e Previdenciário e por entes: Prefeitura Municipal, UNIFAE, Câmara Municipal e IPSJBV no mês de março.

No mês de abril, ocorreram 02 (duas) contratações pela Câmara Municipal.

<u>QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS, APOSENTADOS E PENSIONISTAS EM 30/04/2026</u>					
PLANO FINANCEIRO					
SERVIDORES	PREFEITURA	CÂMARA	UNIFAE	IPSJBV	TOTAL
APOSENTADOS	462	3	27	0	492
PENSIONISTAS	105	0	5	0	110
TOTAL - INATIVOS	567	3	32	0	602
ATIVOS	913	2	103	5	1.023
PLANO PREVIDENCIÁRIO					
SERVIDORES	PREFEITURA	CÂMARA	UNIFAE	IPSJBV	TOTAL
APOSENTADOS	469	1	37	0	507
PENSIONISTAS	104	3	6	0	113
TOTAL - INATIVOS	573	4	43	0	620
ATIVOS	1.056	9	170	6	1.241
CONSOLIDADO- QUADRO DOS SERVIDORES ATIVOS E INATIVOS					
SERVIDORES	PREFEITURA	CÂMARA	UNIFAE	IPSJBV	TOTAL
APOSENTADOS	931	4	64	0	999
PENSIONISTAS	209	3	11	0	223
TOTAL - INATIVOS	1.140	7	75	0	1.222
ATIVOS	1.969	11	273	11	2.264

5. RECEITAS E DESPESAS DO MÊS

5.1. Plano Financeiro

As contribuições previdenciárias (patronal e servidor) do Plano Financeiro, foram repassadas ao Instituto de Previdência de forma, sem nenhum registro de inadimplência pelas entidades: Prefeitura Municipal de São João da Boa Vista, Centro Universitário - UNIFAE e Câmara Municipal.

A Lei Municipal 4.574, de 05 de novembro de 2019, estabelece o plano de amortização do déficit financeiro do Plano Financeiro municipal, determinando repasses mensais para essa finalidade.

Com a aprovação da Lei Complementar nº 5.531, de 16 de setembro de 2025, foi estabelecida nova data corte para os Planos Financeiro e Previdenciário do Instituto de Previdência. Assim, os servidores admitidos e aposentados até 31/12/2015, serão do plano em repartição simples (Plano Financeiro), enquanto os admitidos e aposentados a partir de 01/01/2016, pertencerão ao plano capitalizado (Previdenciário).

O quadro abaixo demonstra as receitas orçamentárias arrecadadas e despesas orçamentárias realizadas no mês de abril.

RECETA - PLANO FINANCEIRO - 04/2026							
ENTE	CONTRIBUIÇÕES INATIVOS	CONTRIBUIÇÕES ATIVOS	CONTRIBUIÇÕES RPV+PRECATÓRIO	COMPREV	TX. ADM. UTILIZADA	INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	TOTAL
PREFEITURA	78.236,28	1.951.042,34	0,00	142.601,36	0,00	2.010.762,51	4.182.642,49
UNIFAE	21.449,29	460.541,77	0,00	21.959,72	0,00	0,00	503.950,78
CÂMARA	4.143,41	9.846,79	0,00	6.813,46	0,00	34.986,19	55.789,85
INSTITUTO	0,00	10.301,08	0,00	0,00	0,00	0,00	10.301,08
TOTAL	103.828,98	2.431.731,98	0,00	171.374,54	0,00	2.045.748,70	4.752.684,20

DESPESA - PLANO FINANCEIRO - 04/2026					
ENTE	APOSENTADOS	PENSIONISTAS	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	PRECATÓRIOS (+) RPV	TOTAL
PREFEITURA	3.408.952,67	446.366,95	158.686,47	168.636,40	4.182.642,49
UNIFAE	307.698,52	55.192,07	34.814,11	162.086,64	559.791,34
CÂMARA	55.022,42	0,00	767,43	0,00	55.789,85
TOTAL	3.771.673,61	501.559,02	194.268,01	330.723,04	4.798.223,68

A Prefeitura Municipal efetuou o repasse de R\$ 2.010.762,51 ao São João Prev, referente à insuficiência financeira apurada no mês. Paralelamente, a Câmara Municipal realizou o repasse do seu respectivo déficit, no montante de R\$ 34.986,19, dentro dos prazos estabelecidos.

Em contrapartida, a UNIFAE apresenta um cenário superavitário, registrando um saldo acumulado positivo de R\$ 404.456,10. Adicionalmente, a instituição dispõe de R\$ 2.170.682,14 provenientes da reversão da taxa de administração, assim como o São João Prev, a parcela de 57.922,28.

A seguir, apresenta-se a demonstração do saldo disponível de cada ente, referente à reversão da taxa de administração.

RESERVA DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO UTILIZADA ATÉ 30/04/2026										
Ente	Saldo Inicial	set/25	out/25	nov/25	dez/25	jan/26	fev/26	mar/26	abr/26	Saldo Final
PREFEITURA	9.607.231,12	-2.143.629,58	-1.719.496,55	-3.380.194,11	0,00	-853.862,75	-1.510.048,13	0,00	0,00	0,00
UNIFAE	2.279.829,15	-60.035,83	0,00	-49.111,18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.170.682,14
CÂMARA	55.017,45	-38.418,42	-16.599,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IPSJBV	57.922,28	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	57.922,28
TOTAL	12.000.000,00	-2.242.083,83	-1.736.095,58	-3.429.305,29	0,00	-853.862,75	-1.510.048,13	0,00	0,00	2.228.604,42

5.2. Plano Previdenciário

As contribuições previdenciárias (patronal e servidor) do Plano Previdenciário, foram regularmente repassadas ao Instituto de Previdência, sem qualquer registro de

inadimplência por parte das entidades Prefeitura Municipal de São João da Boa Vista, Centro Universitário - UNIFAE e Câmara Municipal.

Apresentam-se a seguir os dados referentes às receitas orçamentárias arrecadadas e às despesas orçamentárias realizadas no mês de abril, do plano em regime de capitalização.

RECETA - PLANO PREVIDENCIÁRIO - 04/2026						
ENTE	CONTRIBUIÇÕES INATIVOS	CONTRIBUIÇÕES ATIVOS	CONTRIBUIÇÕES RPV+PRECATÓRIO	COMPREV	APORTE LC 5.531/2025	TOTAL
PREFEITURA	102.934,66	1.372.969,16	0,00	95.221,68	2.138.554,30	3.709.679,80
UNIFAE	8.724,62	425.034,70	0,00	9.974,94	0,00	443.734,26
CÂMARA	1.975,23	12.556,61	0,00	397,47	0,00	14.929,31
INSTITUTO	0,00	7.677,97	0,00	0,00	0,00	7.677,97
TOTAL	113.634,51	1.818.238,44	0,00	105.594,09	2.138.554,30	4.176.021,34

DESPESA - PLANO PREVIDENCIÁRIO - 04/2026					
ENTE	APOSENTADOS	PENSIONISTAS	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	PRECATÓRIOS (+) RPV	TOTAL
PREFEITURA	3.843.905,20	500.598,07	168.509,49	15.658,49	4.528.671,25
UNIFAE	261.759,23	43.203,08	48.055,71	0,00	353.018,02
CÂMARA	14.140,30	24.912,84	1.285,08	0,00	40.338,22
TOTAL	4.119.804,73	568.713,99	217.850,28	15.658,49	4.922.027,49

No mês, registrou-se insuficiência financeira tanto na Prefeitura, no valor de R\$ 818.991,45, quanto na Câmara Municipal, no montante de R\$ 25.408,91. Ambos os valores serão documentados ao longo do exercício de 2026.

A eventual necessidade de aporte pelos entes contribuintes será definida apenas no fechamento do ano. Na ocasião, será realizado o confronto consolidado entre receitas (incluindo rendimentos de resgates de investimentos) e despesas; persistindo a insuficiência financeira, os entes serão formalmente notificados para restabelecer o equilíbrio financeiro.

Ao mesmo tempo, a UNIFAE mantém superávit, acumulando saldo positivo de R\$ 6.586.799,71 até o fechamento desta apuração.

Enquanto a insuficiência financeira for identificada, o Instituto de Previdência manterá as informações em acervo digital, para posterior envio de notificações oficiais para cobrança dos entes. A Prefeitura Municipal e a Câmara Municipal tem justificado que, o não repasse segue amparado no *caput* do art. 15, da Lei Complementar nº 4.574, de 05 de novembro de 2019 (lei de custeio em vigor).

Em relação à esta questão e atendendo à recomendação do TCE/SP sobre as contas de 2021, foi enviado ao Executivo o anteprojeto nº 085/2023, no dia 23/10/2023, para adequar o artigo 15 da lei de custeio às normas federais e à Constituição. Sendo devolvido pelo legislativo para reestudo pela Prefeitura Municipal. Ressalte-se que, antes da conclusão deste relatório, a Superintendência encaminhou o Ofício nº 079/2026 (em 05/05/2026), enfatizando novamente a necessidade de adequação do citado artigo.

Por meio de estudos técnicos e do diálogo com o Poder Executivo, a meta é encontrar um caminho que esteja em conformidade com a legislação em vigor e, ao mesmo tempo, atenda aos entendimentos dos órgãos fiscalizadores, promovendo a melhor adequação da situação financeira do São João Prev.

Diante disso, a Diretoria Jurídica do Instituto de Previdência de São João da Boa Vista (IPSJBV) elaborou o projeto de reforma da previdência municipal. O texto foi submetido à análise da Procuradoria-Geral do Município, etapa que antecedeu o envio à Câmara Municipal para deliberação. Com o reinício dos trabalhos legislativos em 2026, e após a apreciação do projeto e dos respectivos pareceres, os vereadores aprovaram a reforma, que entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2026.

Destaca-se ainda que, a Prefeitura Municipal vem realizando os repasses previstos na Lei Complementar nº 5.531, de 16 de setembro de 2025, referentes ao aporte mensal equivalente ao imposto de renda. Esses recursos ficarão capitalizados por

cinco anos, podendo o São João Prev utilizá-los para pagamento de benefícios apenas após esse prazo.

A tabela a seguir apresenta os repasses mensais realizados pela Prefeitura. Esses valores são mantidos capitalizados de forma segregada dos demais recursos do IPSJBV.

REPASSE APORTE LC Nº 5.531/25 (PP) - PREFEITURA	
MÊS/ANO	VALOR
de 09 até 12/2025	8.541.356,12
jan/26	2.215.796,18
fev/26	2.114.960,22
mar/26	2.120.266,95
abr/26	2.138.554,30
TOTAL	17.130.933,77

5.3.Taxa de Administração

A Lei Complementar nº 4.574, de 5 de novembro de 2019, com suas alterações, definiu o percentual e o método para cálculo da Taxa de Administração, determinando que mensalmente os Planos Financeiro e Previdenciário repassem o valor apurado, individualmente contabilizado, para custear as despesas correntes e de capital necessárias ao funcionamento do IPSJBV.

Conforme a Portaria nº 19.451, de 18 de agosto de 2020, os percentuais variam de acordo com o porte do RPPS, segundo o Indicador de Situação Previdenciária (ISP): 2% para estados/DF, 2,4% para municípios de grande porte, 3% para municípios de médio porte e 3,6% para municípios de pequeno porte.

A portaria autoriza um acréscimo de 20% sobre esses percentuais para cobrir despesas exclusivas com a certificação institucional no Pró-Gestão RPPS e a certificação profissional de dirigentes e conselheiros.

A Lei Complementar nº 5.008, de 4 de maio de 2022, fixou o percentual de 3%, que, somado ao acréscimo do Pró-Gestão, resulta em 3,6% repassados pelos planos como receita para custear as despesas gerais da Taxa de Administração do São João Prev.

Os recursos da Taxa de Administração, provenientes dos planos Financeiro e Previdenciário, são destinados à manutenção do Instituto de Previdência, incluindo folha de pagamento dos servidores, manutenção predial e veicular, consumo de água, esgoto e energia elétrica, serviços contratados, mão de obra especializada, aquisição de materiais de escritório, produtos de limpeza e demais despesas correlatas.

Nos quadros abaixo, segue demonstrados os valores dos repasses aportados no mês de abril como Suprimento (Receita) da Taxa de Administração, bem como, as referidas despesas ocorridas no mês.

SUPRIMENTO PLANO ORDINÁRIO - TAXA DE ADMINISTRAÇÃO - 04/2026		
PLANO FINANCEIRO	PLANO PREVIDENCIÁRIO	TOTAL
194.268,01	217.850,28	412.118,29

DESPESA PLANO ORDINÁRIO - TAXA DE ADMINISTRAÇÃO - 04/2026	
DESCRIÇÃO	VALOR
FOLHA ATIVOS INSTITUTO	103.738,28
CONTRIBUIÇÕES IPSJBV / RGPS	14.039,69
MATERIAL DE CONSUMO	922,46
PASSAGENS, DESPESAS COM LOCOMOÇÃO E DIÁRIAS	712,70
CONSULTORIA	4.853,17
SERVIÇO PESSOA FÍSICA	10.543,28
SERVIÇO PESSOA JURÍDICA	24.738,58
SERVIÇO TI	1.361,21
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS - PASEP / TAXA ILUMINAÇÃO	4.137,59
SENTENÇAS JUDICIAIS-INDENIZAÇÕES/RESTITUIÇÕES	1.200,00
EQUIPAMENTO PERMANENTE	0,00
DESPESAS EXTRAORÇAMENTÁRIAS, RETENÇÕES PAGAS, RESTOS A PAGAR	31.696,69
TOTAL	197.943,65

As sobras mensais integram o patrimônio capitalizado do Instituto, sendo destinadas tanto ao custeio da taxa de administração quanto ao pagamento de benefícios. Recentemente, o Conselho Administrativo autorizou a reversão de R\$ 12 milhões da referida taxa aos entes municipais, de forma proporcional aos aportes realizados. Enquanto a Câmara e a Prefeitura já utilizaram a totalidade de suas cotas, a UNIFAE e o São João Prev mantêm um saldo de R\$ 2.170.682,14 e R\$ 57.922,28, respectivamente. Destinado à cobertura de eventuais insuficiências financeiras até o seu efetivo exaurimento.

A tabela abaixo detalha a destinação e utilização dos recursos da taxa de administração pelos entes.

RESERVA DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO UTILIZADA ATÉ 30/04/2026										
Ente	Saldo Inicial	set/25	out/25	nov/25	dez/25	jan/26	fev/26	mar/26	abr/26	Saldo Final
PREFEITURA	9.607.231,12	-2.143.629,58	-1.719.496,55	-3.380.194,11	0,00	-853.862,75	-1.510.048,13	0,00	0,00	0,00
UNIFAE	2.279.829,15	-60.035,83	0,00	-49.111,18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.170.682,14
CÂMARA	55.017,45	-38.418,42	-16.599,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IPSJBV	57.922,28	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	57.922,28
TOTAL	12.000.000,00	-2.242.083,83	-1.736.095,58	-3.429.305,29	0,00	-853.862,75	-1.510.048,13	0,00	0,00	2.228.604,42

5.4.Fundo de Oscilação de Risco

A Lei Complementar nº 4.574/2019, em seu art. 16, instituiu o Fundo de Oscilação de Risco. Os entes conveniados (Prefeitura Municipal, UNIFAE e Câmara Municipal) efetuaram repasses mensais equivalentes a 1,67% da folha de benefícios previdenciários de seus segurados, pelo período de cinco anos, tendo efetuado o último aporte em novembro de 2024.

O montante acumulado permaneceu capitalizado, destinado à cobertura de eventuais insuficiências financeiras apuradas pelo RPPS, além de situações financeiramente excepcionais ou dificuldades orçamentárias, atuando como uma reserva

técnica de emergência essencial para a manutenção da solvência do sistema e a garantia do pagamento dos benefícios previdenciários.

Apurou-se não ter sido completadas as duas folhas anuais previstas na LC 4.574/2019, nisso, o Superintendente comunicou a situação aos entes municipais e, com base na referida norma, requereu-se a reativação dos repasses ao Fundo de Oscilação de Risco, na alíquota de 2% incidente sobre a folha de benefícios .

Segue demonstrado os valores apurados em abril de 2026, para repasse em maio:

RESERVA - FUNDO DE OSCILAÇÃO DE RISCO - 04/2026			
PREFEITURA	UNIFAE	CÂMARA	TOTAL
77.106,39	7.257,81	1.100,45	85.464,65

6.RECEITAS E DESPESAS DE JANEIRO À ABRIL DE 2026.

6.1.Plano Financeiro

RECEITA - PLANO FINANCEIRO - 01 À 04/2026							
ENTE	CONTRIBUIÇÕES INATIVOS	CONTRIBUIÇÕES ATIVOS	CONTRIBUIÇÕES RPV+PRECATÓRIO	COMPREV	TX. ADM. UTILIZADA	INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	TOTAL
PREFEITURA	303.911,01	7.538.594,73	0,00	1.759.875,93	2.363.910,88	3.858.547,81	15.824.840,36
UNIFAE	85.263,63	1.754.400,12	864,11	86.190,48	0,00	0,00	1.926.718,34
CÂMARA	16.300,85	38.661,23	0,00	26.742,38	0,00	139.506,50	221.210,96
INSTITUTO	0,00	39.412,25	0,00	0,00	0,00	0,00	39.412,25
TOTAL	405.475,49	9.371.068,33	864,11	1.872.808,79	2.363.910,88	3.998.054,31	18.012.181,91

DESPESA - PLANO FINANCEIRO - 01 À 04/2026						
ENTE	APOSENTADOS	PENSIONISTAS	13º SALÁRIO	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	PRECATÓRIOS (+) RPV	TOTAL
PREFEITURA	13.425.524,40	1.805.348,10	0,00	634.745,88	516.186,40	16.381.804,78
UNIFAE	1.225.998,70	220.604,70	0,00	139.256,44	486.259,92	2.072.119,76
CÂMARA	218.141,24	0,00	0,00	3.069,72	0,00	221.210,96
TOTAL	14.869.664,34	2.025.952,80	0,00	777.072,04	1.002.446,32	18.675.135,50

6.2.Plano Previdenciário

RECEITA - PLANO PREVIDENCIÁRIO - 01 À 04/2026						
ENTE	CONTRIBUIÇÕES INATIVOS	CONTRIBUIÇÕES ATIVOS	CONTRIBUIÇÕES RPV+PRECATÓRIO	COMPREV	APORTE LC 5.531/2026	TOTAL
PREFEITURA	402.945,80	5.326.998,70	0,00	373.739,80	8.589.577,65	14.693.261,95
UNIFAE	34.506,43	1.590.122,06	0,00	39.151,00	0,00	1.663.779,49
CÂMARA	7.654,78	44.202,61	0,00	1.560,06	0,00	53.417,45
INSTITUTO	0,00	29.635,70	0,00	0,00	0,00	29.635,70
TOTAL	445.107,01	6.990.959,07	0,00	414.450,86	8.589.577,65	16.440.094,59

DESPESA - PLANO PREVIDENCIÁRIO - 01 À 04/2026						
ENTE	APOSENTADOS	PENSIONISTAS	13º SALÁRIO	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	PRECATÓRIOS (+) RPV	TOTAL
PREFEITURA	15.198.020,58	1.993.232,84	0,00	674.037,96	46.975,47	17.912.266,85
UNIFAE	1.043.347,76	172.812,32	0,00	192.222,84	0,00	1.408.382,92
CÂMARA	55.760,80	98.693,64	0,00	5.140,32	0,00	159.594,76
TOTAL	16.297.129,14	2.264.738,80	0,00	871.401,12	46.975,47	19.480.244,53

6.3.Taxa de Administração

SUPRIMENTO PLANO ORDINÁRIO - TAXA DE ADMINISTRAÇÃO - 01 À 04/2026		
PLANO FINANCEIRO	PLANO PREVIDENCIÁRIO	TOTAL
777.072,04	871.401,12	1.648.473,16

DESPESA PLANO ORDINÁRIO - TAXA DE ADMINISTRAÇÃO - 01 À 04/2026	
DESCRIÇÃO	VALOR
FOLHA A TIVOS INSTITUTO	420.403,16
CONTRIBUIÇÕES IPSJBV / RGPS	54.194,57
MATERIAL DE CONSUMO	9.837,33
PASSAGENS, DESPESAS COM LOCOMOÇÃO E DIÁRIAS	6.049,89
CONSULTORIA	7.559,51
SERVIÇO PESSOA FÍSICA	34.919,27
SERVIÇO PESSOA JURÍDICA	112.112,27
SERVIÇO TI	5.444,84
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS - PASEP / TAXA ILUMINAÇÃO	16.380,47
SENTENÇAS JUDICIAIS-INDENIZAÇÕES/RESTITUIÇÕES	3.600,00
EQUIPAMENTO PERMANENTE	10.179,00
DESPESAS EXTRAORÇAMENTÁRIAS - RETENÇÕES PAGAS	130.950,02
TOTAL	811.630,33

6.4.Fundo de Oscilação de Risco

RESERVA - FUNDO DE OSCILAÇÃO DE RISCO - 01 À 04/2026			
PREFEITURA	UNIFAE	CÂMARA	TOTAL
304.617,44	28.932,06	4.362,83	337.912,33

7.SUPERINTENDÊNCIA

7.1.Assuntos Administrativos

7.1.1.Repasses de COMPREV (INSS) e Aporte (Prefeitura)

No dia 08/04/2026, o Instituto recebeu R\$ 276.968,63 referentes ao COMPREV, sendo R\$ 171.374,54 destinados ao Plano Financeiro e R\$ 105.594,09 ao Plano Previdenciário. Os recursos foram aplicados no fundo BB RF LP TESOIRO SELIC FIC FI, observando a segregação de contas. Notou-se uma redução de aproximadamente R\$ 500 mil neste repasse em comparação ao mês anterior.

Adicionalmente, informou sobre o aporte da Prefeitura Municipal, realizado em 20/03, no valor de R\$ 2.120.266,95, correspondente ao Imposto de Renda (IR). O montante foi integralmente aplicado no fundo BB RF LP TESOIRO SELIC FIC FI.

7.1.2.Reunião com o prefeito para a prestação de contas e apresentação de projetos

A diretoria reuniu-se com o Prefeito Municipal para apresentar os resultados do primeiro trimestre de 2026 e discutir o equilíbrio atuarial. O foco principal foi a elevação da contribuição patronal dos atuais 22% para 28%, com simulações de escalonamento em 1%, 2% ou 3% ao ano.

Comunicou ainda, o andamento de estudo técnico para a incidência de contribuição sobre parcelas de cargos comissionados. A medida visa aumentar a arrecadação e melhorar o cálculo dos benefícios futuros pela média contributiva, sem ferir a vedação constitucional de incorporação de gratificações. Relatou-se que qualquer avanço dependerá de rigorosas projeções atuariais e debate político.

7.1.3.Regularidade normativa da segregação de massas

O Superintendente informou o grupo de colegiado, de que o Ministério da Previdência Social (MPS), por meio das Notificações nº 101949.01 e 02/2026, validou a

documentação da segregação de massas do São João Prev, instituída em 2025. Após análise, o órgão concluiu pela total regularidade do modelo adotado pelo município.

7.1.4. Situação dos servidores sem concurso (tema 1.254 STF)

Foi reportado aos membros do colegiado, sobre uma reunião ocorrida com o Gerente do INSS – Sr. Nivaldo Macedo, RH da Prefeitura e Sindicato para tratar da migração dos servidores admitidos sem concurso para o Regime Geral (RGPS), conforme a EC nº 103/2019 e o Tema 1.254 do STF.

Com o objetivo de garantir a segurança jurídica e evitar obstáculos nas futuras aposentadorias desses profissionais. Decidiu-se pela abertura de um processo administrativo para embasar tecnicamente uma ação futura.

7.1.5. Contratação de custodiante e governança

Em resposta ao questionamento do Comitê de Investimentos sobre o patrimônio acumulado de R\$ 4,5 milhões (provenientes de aportes de IR), a Diretoria informou que trabalha na contratação de uma nova instituição custodiante.

Devido ao desenquadramento da custodiante BGC Liquidez, o processo de contratação seguirá a Lei nº 14.133/2021 e a Resolução CMN nº 5.272/2025, exigindo a adoção da plataforma *Trademate (B3)* para garantir transparência nas cotações de títulos públicos. Sugeriu-se um prazo de 60 dias para a conclusão deste certame.

7.1.6. Consultoria Lema e plataforma UNO

A consultoria LEMA apresentou a Plataforma UNO, que gerenciará a carteira do Instituto. O Comitê solicitou ajustes no sistema para que os saldos do Plano Financeiro, Plano Previdenciário, Taxa de Administração e Fundo de Oscilação de Risco sejam visualizados de forma segregada. Essa individualização é vital para o monitoramento da reserva de duas folhas – no fundo de oscilação e para o monitoramento do patrimônio

proveniente do Aporte da Prefeitura, esse repasse segue o exposto na nos termos da Lei nº 5.531/2025 da segregação de massas vigente. A representante da LEMA reportou que a equipe de TI será acionada para viabilizar as alterações.

7.1.7. Indicadores e assuntos administrativos

- **Boletim Focus (17/04/2026):** Projeções para 2026 indicam IPCA de 4,80%, Selic a 13%, Câmbio a R\$ 5,30 e PIB de 1,86%.
- **Informe de Rendimentos:** O Instituto emitiu o informe para os membros dos colegiados, assim como para o agente de contratação e equipe de apoio (licitação) relativos aos 'jetons' de 2025, que foram informados via REINF da Receita Federal. Orientou-se que este provento possui a natureza indenizatória na Lei Complementar nº 5.508/2025.
- **Perícia Médica:** Iniciou-se o planejamento para contratação de equipe de perícia médica para os aposentados por incapacidade, visando a manutenção ou baixa deste benefício, pela avaliação médica do contratado. E ainda, para a regularização junto ao INSS para o recebimento do COMPREV destes servidores e cumprimento de metas do Pró-Gestão Nível III.
- **Educação Previdenciária:** Apresentou-se o resumo formulado pelos participantes do 8º Congresso Brasileiro de Investimentos da ABIPEM, com o objetivo de disseminar entre os conselheiros as principais diretrizes e informações expostas no evento.

7.2. Investimentos

Com o objetivo de promover a transparência, apresentamos as atividades e decisões do Comitê de Investimento.

Segue um breve relato da 7ª reunião ordinária do Comitê de Investimentos, ocorrida no dia 09/04/2026:

➤ Acompanhamento dos Investimentos

- O fechamento dos investimentos da competência março, registrou um saldo patrimonial de R\$ 247.129.401,85, com retorno positivo de R\$ 3.331.275,53 no período. Foram analisados indicadores como VaR mensal, evolução de cotistas e prazos de liquidez.
- Nesta primeira reunião de abril, a carteira consolidada apontou um rendimento de R\$ 541.489,17, elevando o patrimônio total para R\$ 247.950.391,02.
- Os membros foram informados da futura disponibilidade de mais de R\$ 16 milhões em títulos públicos (NTN-B 2026) com vencimento em agosto.

➤ Movimentações Financeiras e Estratégia de Alocação

- No Plano Previdenciário, foi realizado o resgate total (R\$ 2.229.960,70) do fundo SICREDI FIM BOLSA AMERICANA LP em março, devido ao rendimento negativo ter superado o limite de tolerância de R\$ 50 mil, estabelecido pelos membros e registrado em ata. O valor foi reinvestido no fundo BB RF LONGO PRAZO TESOUREO SELIC, conforme deliberado pelo Comitê de Investimentos.
- Ainda em análise da carteira e identificado a insuficiência de recursos no BB RF LONGO PRAZO TESOUREO SELIC para custear a folha de pagamento de inativos do plano supracitado, o comitê deliberou pelo resgate total do fundo DAYCOVAL CLASSIC FIC FIF RF CP, nesta data (09/04/2026) com valor de R\$ 4.878.911,15. A decisão fundamentou-se na baixa rentabilidade do ativo frente à carteira e na necessidade de adequação à Resolução CMN nº 5.272/2025, que restringe a manutenção de alocações em Crédito Privado a RPPS que possuam certificação Pró-Gestão níveis III ou IV — condição não aplicável ao Instituto no momento.

- Após análise e debates, o Comitê decidiu manter o montante capitalizado no fundo BB RF LP TESOIRO SELIC, vinculado ao fundo de oscilação de risco, tendo concluído que não haveria ganho estratégico na migração para outras instituições financeiras.

➤ **Demais assuntos de investimentos**

- Compartilhou-se uma cartilha de orientação do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP) sobre investimentos para RPPS.

- Informou-se a abertura dos processos de renovação de credenciamento da BRADESCO ASSET MANAGEMENT (BRAM) e do BANCO BRADESCO S/A. Para agilizar a análise, os membros do Comitê — que possuem acesso ao processo digital — decidiram realizar o exame assim que a documentação for integralmente juntada. Após a emissão dos pareceres e a devida homologação pelo Comitê, ambos os processos seguiram para deliberação do Conselho Administrativo na reunião de 15/04/2026.

- O Comitê analisou e aprovou o Relatório Administrativo/Financeiro de fevereiro de 2026, confirmando sua total conformidade com a emissão do parecer.

A seguir um breve relato da 8ª reunião ordinária do Comitê de Investimentos, ocorrida no dia 23/04/2026:

➤ **Acompanhamento dos Investimentos**

- A Diretora Administrativa/Financeira apresentou o desempenho da carteira do Instituto referente a abril de 2026. Em 22/04/2026, o patrimônio consolidado somava R\$ 257.543.180,12, com um retorno mensal de R\$ 2.163.134,01. Para fins de conferência, os dados foram validados em tempo real via plataforma Atlas durante a reunião.

- Foi analisada a planilha de fluxo de liquidez do Plano Previdenciário com dados fechados em março de 2026. O demonstrativo detalha a previsão de vencimento de títulos para os próximos cinco anos e sua utilização no pagamento de benefícios. O

Superintendente destacou que a gestão busca, junto aos entes federativos, o equilíbrio atuarial, mencionando o projeto para elevar a contribuição patronal dos atuais 22% para o limite legal de 28%.

➤ **Movimentações Financeiras e Estratégia de Alocação**

- Informou-se o efetivo resgate total do fundo DAYCOVAL CLASSIC FIC FIF RF CP, totalizando R\$ 4.886.570,98 em 13/04 (valor atualizado monetariamente). O crédito sofreu um pequeno atraso devido a trâmites de compliance para o cadastramento da conta de destino no Banco do Brasil. Conforme deliberado anteriormente, o recurso foi aplicado no fundo BB RF LP TESOIRO SELIC para custear a folha de pagamento dos aposentados e pensionistas do Plano Previdenciário.

➤ **Demais assuntos de investimentos**

- O Comitê recebeu relatórios macroeconômicos de abril da LDB Consultoria e da Caixa Econômica Federal para subsidiar futuras decisões.

- No âmbito administrativo, foi reportada a aprovação do credenciamento do BANCO BRADESCO S/A, sendo a gestora, a administradora e o custodiante do fundo BRADESCO FI RF DI PREMIUM. Paralelamente, o credenciamento da BRAM foi cancelado em razão de sua incorporação societária e respectiva baixa de CNPJ.

- O Comitê estabeleceu os critérios para contratação da instituição custodiante da carteira de títulos públicos. Conforme orientado pela Lema Consultoria, com esta definição será possível iniciar os trabalhos para a contratação da instituição para gerir a carteira de títulos do tesouro do São João Prev. O processo de cotação seguirá a seguinte ordem de prioridade:

- a) Instituições do Segmento S1 (Resolução CMN nº 5.272/2025);
- b) Menor taxa na prestação de serviços de custódia;
- c) Preferência por instituições estatais.

- Por fim, os membros analisaram o Relatório Administrativo/Financeiro de março de 2026. O documento foi aprovado por unanimidade e sem ressalvas, confirmando a conformidade dos dados registrados, com a emissão do parecer pelo Comitê.

8. ANÁLISE DOS INVESTIMENTOS

8.1. Cenário Econômico

➤ Cenário Global

O cenário internacional em abril de 2026 é marcado por uma "fuga para a qualidade" (*risk-off*), impulsionada pela escalada de tensões no Oriente Médio. O principal canal de contágio tem sido o mercado de energia, com o barril do petróleo operando em patamares elevados (próximo aos US\$ 100 - US\$ 110), o que renova os temores de uma desinflação global mais lenta.

- **Estados Unidos:** A economia norte-americana demonstrou sinais de fadiga, mas sem uma ruptura brusca. O Federal Reserve (Fed) manteve uma postura de "dependência de dados", postergando cortes mais agressivos nos juros diante da resiliência do mercado de trabalho e da pressão nos preços de serviços.

- **China e Países Emergentes:** O crescimento global caminhou com moderação, com o Banco Mundial projetando uma expansão estável, porém abaixo da média histórica pré-pandemia. A fragmentação comercial e novas barreiras tarifárias continuam a pesar sobre o fluxo de capitais.

➤ Cenário Brasil

- **Juros Altos e Pressão Inflacionária:** Internamente, o Brasil enfrentou um dilema entre o crescimento resiliente e a deterioração das expectativas de inflação. O IPCA acumulado em 12 meses mostrou sinais de pressão, levando o mercado a revisar as projeções para 2026 para cima (atualmente em torno de 4,8% no Boletim Focus).

- **Política Monetária:** Após um breve ciclo de flexibilização no início do ano, o Banco Central adotou um tom mais conservador. A Taxa Selic, que muitos esperavam ver em queda livre, encerrou abril em patamares elevados (entre 13% e 14,5% dependendo da instituição), refletindo o prêmio de risco exigido pelo mercado.
- **Câmbio:** O Real apresentou uma performance curiosa. Embora a volatilidade global pressionou moedas emergentes, o Brasil se destacou como um "vencedor relativo" por ser um grande exportador de commodities. O dólar flutuou entre R\$ 5,00 e R\$ 5,20, sustentado pelo saldo comercial robusto, apesar do risco fiscal doméstico.
- **Atividade Econômica:** O PIB de 2026 projetou um crescimento moderado (estimado em 1,8% a 2,3%). O consumo das famílias ainda é o principal motor, beneficiado por ajustes no salário mínimo e transferências de renda, embora o crédito mais caro comece a frear investimentos produtivos.

Para o investidor, o mês de abril reforçou a necessidade de proteção e seletividade:

a) Renda Fixa: Os títulos pós-fixados e atrelados à inflação (IPCA+) continuam atrativos, oferecendo juros reais historicamente elevados e proteção contra o descumprimento das metas fiscais.

b) Renda Variável: Foco em empresas exportadoras de commodities (petróleo e minério) e setores defensivos com alta geração de caixa e dividendos. A bolsa brasileira negociou a múltiplos convidativos, mas a volatilidade exige visão de longo prazo.

c) Dolarização: A manutenção de uma fatia do portfólio em ativos globais segue essencial como "seguro" contra eventos geopolíticos inesperados.

8.2. Carteira de Investimentos

O Instituto de Previdência registrou no fechamento de abril uma rentabilidade positiva R\$ 3.196.906,20, fechando o mês com um Patrimônio na totalidade de R\$ 251.637.923,71.

Investimentos x Meta Atuarial (Mês a Mês)

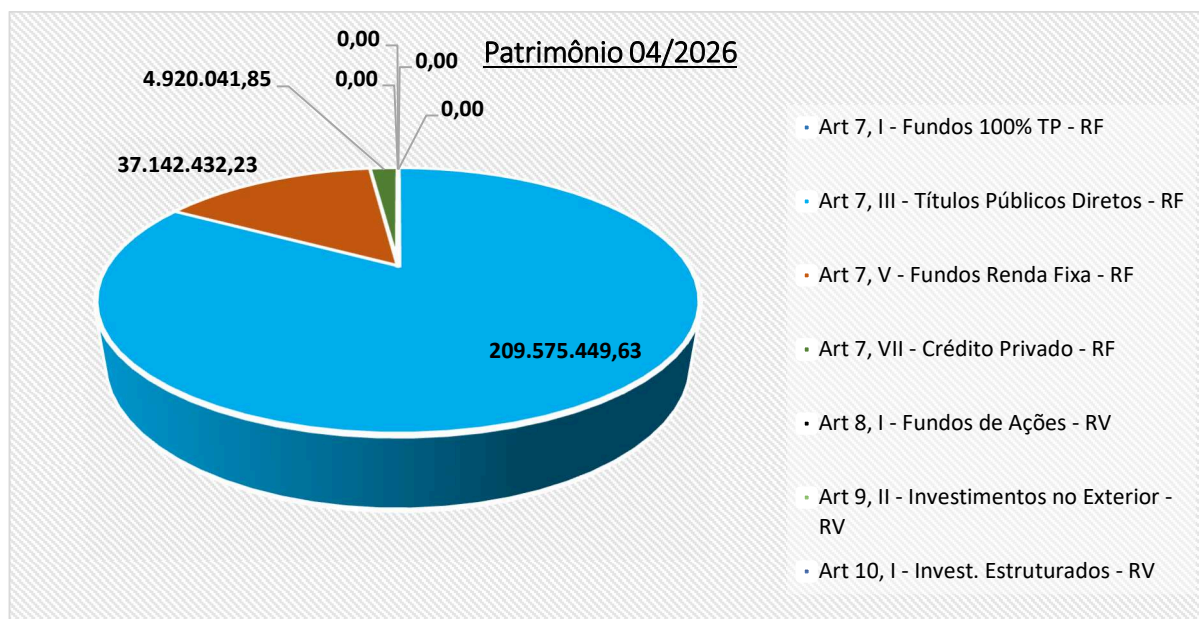
Mês	Saldo no Mês (R\$)	Retorno no Mês (R\$)	Retorno Acumulado (R\$)	Retorno no Mês (%)	Retorno Acumulado (%)	Meta para o Mês (%)	Meta Acum (%)
janeiro	245.394.728,23	2.345.429,19	2.345.429,19	0,94%	0,94%	0,79%	0,79%
fevereiro	245.811.821,90	2.095.914,29	4.441.343,48	0,84%	1,79%	1,16%	1,95%
março	247.129.401,85	3.331.275,53	7.772.619,01	1,33%	3,15%	1,34%	3,32%
abril	251.637.923,71	3.196.906,20	10.969.525,21	1,27%	4,45%	1,13%	4,48%

A Meta Atuarial proposta na Política de Investimentos para 2026 do Instituto de Previdência é de IPCA+5,60%. Conforme demonstrado na tabela acima, a carteira do Instituto alcançou um rendimento de 1,27% em abril, superando a meta do mês que somada a inflação foi de 1,13%.

Apresentamos no quadro abaixo a composição da carteira do Instituto por enquadramento/artigo, em valores e porcentagens, confrontada com a Política de Investimentos para 2026.

PATRIMÔNIO POR ENQUADRAMENTO x POLÍTICA DE INVESTIMENTOS						
Artigo	Patrimônio (R\$)	Rentabilidade (R\$)	Aplicado (%)	Política de Investimentos	Máximo permitido Pró Gestão	Meta Atuarial
Art 7, I - Fundos 100% TP - RF	0,00	0,00	0,00%	1,17%	100,00%	IPCA + 5,60
Art 7, III - Títulos Públicos Diretos - RF	209.575.449,63	2.715.402,16	83,28%	87,47%	100,00%	Meta do Mês
Art 7, V - Fundos Renda Fixa - RF	37.142.432,23	416.710,69	14,76%	4,24%	70,00%	1,13%
Art 7, VII - Crédito Privado - RF	4.920.041,85	64.793,35	1,96%	2,12%	10,00%	Rentabilidade
Art 8, I - Fundos de Ações - RV	0,00	0,00	0,00%	0,00%	40,00%	1,27%
Art 9, II - Investimentos no Exterior - RV	0,00	0,00	0,00%	0,00%	10,00%	Acima da meta
Art 10, I - Invest. Estruturados - RV	0,00	0,00	0,00%	5,00%	10,00%	0,14%
TOTAL	251.637.923,71	3.196.906,20	100,00%	100,00%		

Nota-se que as alocações da carteira do IPSJBV estão abaixo dos limites máximos permitidos pela Resolução CMN nº 5.272/2025. Considerando ainda que, o Instituto de Previdência de São João da Boa Vista, atualmente está certificado no Pró Gestão RPPS – nível II, o que permite alocação acima da Resolução.



O Comitê de Investimentos fundamenta suas análises e estratégias na busca pela conformidade da carteira com a Política de Investimentos vigente, alinhando o cenário macroeconômico ao objetivo primordial de cumprimento da meta atuarial.

A alocação dos ativos observa rigorosamente os limites estabelecidos pela Resolução CMN nº 5.272/2025, norma que revogou a Resolução CMN nº 4.963/2021 e passou a disciplinar as aplicações dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS). Em vigor desde 02 de fevereiro de 2026, a nova regulamentação vincula diretamente os níveis de governança institucional aos limites de alocação permitidos.

Dessa forma, os limites de alocação variam entre os RPPS de acordo com o nível de certificação institucional (Pró-Gestão) e os segmentos de aplicação estabelecidos pela Resolução CMN nº 5.272/2025. Esta norma consolidou critérios mais rigorosos de governança e reenquadramento de ativos, mantendo a estrutura de limites diferenciados conforme a qualificação da gestão do Instituto.

Na sequência, segue demonstrada a composição dos ativos que integram a carteira do São João Prev no fechamento do mês de abril de 2026:

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS
DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA**
CNPJ 05.774.894/0001-90



TÍTULOS PÚBLICOS ABRIL/2026 - PLANO PREVIDENCIÁRIO												
CNPJ	TÍTULOS PÚBLICOS	Saldo Anterior (R\$)	Aplicações (R\$)	Resgates (R\$)	Saldo no mês (R\$)	Rendimento no mês (R\$)	Retorno no mês para o Instituto (%)	Retorno do fundo no mês (%)	VaR no Mês	Cotistas do Mês inicial/final	Prazo Cot/Liq	Ágio/Deságio Acumulado - mês Atual
N/A	NTN-B 760199 20260815 / 1504837	4.463.026,71	0,00	0,00	4.521.511,54	58.484,83	1,31%	--	--	--	ago/26	1.095.722,20
N/A	NTN-B 760199 20260815 / 813216	6.445.234,25	0,00	0,00	6.531.418,88	86.184,63	1,34%	--	--	--	ago/26	1.179.288,15
N/A	NTN-B 760199 20260815 / 954557	5.346.204,21	0,00	0,00	5.428.606,09	82.401,88	1,54%	--	--	--	ago/26	714.356,36
N/A	NTN-F 950199 20270101 / 940553	10.502.059,46	0,00	0,00	10.616.997,82	114.938,36	1,09%	--	--	--	jan/27	1.622.193,13
N/A	NTN-B 760199 20270515 / 1504838	2.228.303,60	0,00	0,00	2.257.317,51	29.013,91	1,30%	--	--	--	mai/27	533.986,02
N/A	NTN-B 760199 20270515 / 782333	5.443.158,16	0,00	0,00	5.515.394,54	72.236,38	1,33%	--	--	--	mai/27	1.055.215,14
N/A	NTN-B 760199 20270515 / 813219	3.317.557,14	0,00	0,00	3.361.907,54	44.350,40	1,34%	--	--	--	mai/27	597.270,41
N/A	NTN-B 760199 20270515 / 954559	5.297.732,63	0,00	0,00	5.376.052,25	78.319,62	1,48%	--	--	--	mai/27	653.801,60
N/A	NTN-B 760199 20280815 / 782332	5.438.967,38	0,00	0,00	5.511.189,46	72.222,08	1,33%	--	--	--	ago/28	1.073.067,78
N/A	NTN-B 760199 20280815 / 813217	5.369.783,71	0,00	0,00	5.441.731,60	71.947,89	1,34%	--	--	--	ago/28	985.481,74
N/A	NTN-B 760199 20280815 / 954558	5.280.730,77	0,00	0,00	5.357.811,13	77.080,36	1,46%	--	--	--	ago/28	654.595,82
N/A	NTN-F 950199 20290101 / 940554	10.444.453,99	0,00	0,00	10.559.382,69	114.928,70	1,10%	--	--	--	jan/29	1.627.048,95
N/A	NTN-B 760199 20290515 / 782334	5.439.389,21	0,00	0,00	5.511.542,80	72.153,59	1,33%	--	--	--	mai/29	1.053.998,48
N/A	NTN-B 760199 20290515 / 813220	3.314.251,57	0,00	0,00	3.358.608,07	44.356,50	1,34%	--	--	--	mai/29	597.737,76
N/A	NTN-B 760199 20290515 / 839876	2.172.972,89	0,00	0,00	2.201.797,14	28.824,25	1,33%	--	--	--	mai/29	350.275,83
N/A	NTN-B 760199 20300815 / 782331	5.429.124,20	0,00	0,00	5.501.054,96	71.930,76	1,32%	--	--	--	ago/30	1.067.849,49



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS
DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA**
CNPJ 05.774.894/0001-90



N/A	NTN-B 760199 20300815 / 839879	5.421.522,41	0,00	0,00	5.492.732,01	71.209,60	1,31%	--	--	--	ago/30	922.356,14
N/A	NTN-F 950199 20310101 / 1017894	4.166.433,53	0,00	0,00	4.208.282,69	41.849,16	1,00%	--	--	--	jan/31	431.216,40
N/A	NTN-B 760199 20320815 / 920218	5.252.214,56	0,00	0,00	5.328.887,81	76.673,25	1,46%	--	--	--	ago/32	772.991,83
N/A	NTN-B 760199 20320815 / 883914	5.535.568,26	0,00	0,00	5.611.335,71	75.767,45	1,37%	--	--	--	ago/32	870.154,50
N/A	NTN-B 760199 20330515 / 920219	10.835.138,98	0,00	0,00	10.992.441,97	157.302,99	1,45%	--	--	--	mai/33	1.593.717,53
N/A	NTN-B 760199 20350515 / 1295840	2.331.988,64	0,00	0,00	2.363.131,71	31.143,07	1,34%	--	--	--	mai/35	724.847,95
N/A	NTN-B 760199 20350515 / 839878	8.661.516,76	0,00	0,00	8.775.280,38	113.763,62	1,31%	--	--	--	mai/35	1.413.999,28
N/A	NTN-F 950199 20350101 / 994220	2.483.358,86	0,00	0,00	2.509.174,92	25.816,06	1,04%	--	--	--	mai/35	292.356,23
N/A	NTN-B 760199 20400815 / 1187461	11.749.039,41	0,00	0,00	11.901.048,78	152.009,37	1,29%	--	--	--	ago/40	3.676.186,00
N/A	NTN-B 760199 20450515 / 1387780	4.598.713,72	0,00	0,00	4.657.970,17	59.256,45	1,29%	--	--	--	mai/45	1.203.737,34
N/A	NTN-B 760199 20450515 / 1475617	2.255.082,31	0,00	0,00	2.284.003,14	28.920,83	1,28%	--	--	--	mai/45	547.572,95
N/A	NTN-B 760199 20450515 / 839881	4.333.555,76	0,00	0,00	4.390.576,35	57.020,59	1,32%	--	--	--	mai/45	709.378,74
N/A	NTN-B 760199 20500815 / 1387783	5.599.247,58	0,00	0,00	5.671.396,25	72.148,67	1,29%	--	--	--	ago/50	1.489.534,24
N/A	NTN-B 760199 20500815 / 1475618	2.254.783,46	0,00	0,00	2.283.739,91	28.956,45	1,28%	--	--	--	ago/50	557.522,59
N/A	NTN-B 760199 20500815 / 839885	3.247.413,84	0,00	0,00	3.290.196,66	42.782,82	1,32%	--	--	--	ago/50	554.783,29
N/A	NTN-B 760199 20500815 / 994217	2.562.005,68	0,00	0,00	2.597.584,78	35.579,10	1,39%	--	--	--	ago/50	245.580,60
N/A	NTN-B 760199 20550515 / 1387784	5.759.040,44	0,00	0,00	5.833.204,48	74.164,04	1,29%	--	--	--	mai/55	1.507.346,65
N/A	NTN-B 760199 20550515 / 1475619	2.256.237,68	0,00	0,00	2.285.206,39	28.968,71	1,28%	--	--	--	mai/55	549.329,32
N/A	NTN-B 760199 20550515 / 839882	4.666.994,45	0,00	0,00	4.728.374,90	61.380,45	1,32%	--	--	--	mai/55	763.397,54



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS
DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA
CNPJ 05.774.894/0001-90**



N/A	NTN-B 760199 20550515 / 994218	2.650.771,36	0,00	0,00	2.687.554,59	36.783,23	1,39%	--	--	--	mai/55	259.706,97
N/A	NTN-B 760199 20600815 / 1387785	5.601.367,51	0,00	0,00	5.673.521,03	72.153,52	1,29%	--	--	--	ago/60	1.490.305,96
N/A	NTN-B 760199 20600815 / 1475620	2.259.266,45	0,00	0,00	2.288.259,81	28.993,36	1,28%	--	--	--	ago/60	558.419,30
N/A	NTN-B 760199 20600815 / 839883	3.248.228,46	0,00	0,00	3.291.001,78	42.773,32	1,32%	--	--	--	ago/60	554.724,26
N/A	NTN-B 760199 20600815 / 994219	2.560.026,33	0,00	0,00	2.595.604,41	35.578,08	1,39%	--	--	--	ago/60	255.248,50
ART 7º, III - Títulos Públicos		196.222.466,32	0,00	0,00	198.792.834,65	2.570.368,33						36.806.302,97

INVESTIMENTOS ABRIL/2026 - PLANO PREVIDENCIÁRIO												
CNPJ	Ativos Renda Fixa	Saldo Anterior (R\$)	Aplicações (R\$)	Resgates (R\$)	Saldo no mês (R\$)	Rendimento no mês (R\$)	Retorno no mês para o Instituto (%)	Retorno do fundo no mês (%)	VaR no Mês	Cotistas do Mês inicial/final	Prazo Cot/Liq	Ágio/Deságio Acumulado - mês Atual
04.857.834/0001-79	BB RF LONGO PRAZO TESOURO SELIC FIC FI	372.050,32	6.830.862,09	4.793.407,69	2.457.319,83	47.815,11	1,06%	1,07%	0,05	136877-141939	D+0/D+0	94.270,05
03.737.206/0001-97	FI CAIXA BRASIL RF REF DI LP	2.555.780,54	0,00	0,00	2.583.796,01	28.015,47	1,10%	1,10%	0,05	1283-1263	D+0/D+0	1.587.026,90
03.399.411/0001-90	BRANCO FI RF REFERENCIADO DI PREMIUM	9.228.658,96	0,00	0,00	9.328.283,66	99.624,70	1,08%	1,08%	0,05	751-737	D+0/D+0	2.842.394,04
ART 7º, V - Fundos de renda Fixa		12.156.489,82	6.830.862,09	4.793.407,69	14.369.399,50	175.455,28						4.523.690,99

CNPJ	Ativos Renda Fixa	Saldo Anterior (R\$)	Aplicações (R\$)	Resgates (R\$)	Saldo no mês (R\$)	Rendimento no mês (R\$)	Retorno no mês para o Instituto (%)	Retorno do fundo no mês (%)	VaR no Mês	Cotistas do Mês inicial/final	Prazo Cot/Liq	Ágio/Deságio Acumulado - mês Atual
10.783.480/0001-68	DAYCOVAL CLASSIC FIC FIF RF CRÉDITO PRIVADO	4.874.855,12	0,00	4.886.570,98	0,00	11.715,86	0,24%	1,01%	0,02	81488-78544	D+4du/D+5du	858.518,80



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS
DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA**
CNPJ 05.774.894/0001-90



20.441.483/0001-77	SAFRA EXTRA BANCOS FIC FI RF CREDITO PRIVADO	4.866.964,36	0,00	0,00	4.920.041,85	53.077,49	1,09%	1,09%	0,05	2898-3550	D+0/D+0	891.989,66
ART 7º, VII - Fundos de renda Fixa		9.741.819,48	0,00	4.886.570,98	4.920.041,85	64.793,35						1.750.508,46

TOTAL PLANO PREVIDENCIÁRIO	218.120.775,62	6.830.862,09	9.679.978,67	218.082.276,00	2.810.616,96							43.080.502,42
-----------------------------------	-----------------------	---------------------	---------------------	-----------------------	---------------------	--	--	--	--	--	--	----------------------

TÍTULOS PÚBLICOS ABRIL/2026 - APORTE PP LEI Nº 5.531/2025												
CNPJ	TÍTULOS PÚBLICOS	Saldo Anterior (R\$)	Aplicações (R\$)	Resgates (R\$)	Saldo no mês (R\$)	Rendimento no mês (R\$)	Retorno no mês para o Instituto (%)	Retorno do fundo no mês (%)	VaR no Mês	Cotistas do Mês inicial/final	Prazo Cot/Liq	Ágio/Deságio Acumulado - mês Atual
N/A	NTN-F 950199 20310101 / 1102179	1.999.387,89	0,00	0,00	2.019.620,19	20.232,30	1,01%	--	--	--	jan/31	126.578,07
N/A	NTN-B 760199 20300815 / 1125783	2.020.826,52	0,00	0,00	2.049.908,73	29.082,21	1,44%	--	--	--	ago/30	116.388,89
N/A	NTN-B 760199 20300815 / 1151691	4.405.054,72	0,00	0,00	4.468.604,58	63.549,86	1,44%	--	--	--	ago/30	200.844,60
N/A	NTN-B 760199 20300815 / 1161022	2.212.312,02	0,00	0,00	2.244.481,48	32.169,46	1,45%	--	--	--	ago/30	91.745,29
ART 7º, III - Títulos Públicos		10.637.581,15	0,00	0,00	10.782.614,98	145.033,83						535.556,85

INVESTIMENTOS ABRIL/2026 - APORTE PP LEI Nº 5.531/2025												
CNPJ	Ativos Renda Fixa	Saldo Anterior (R\$)	Aplicações (R\$)	Resgates (R\$)	Saldo no mês (R\$)	Rendimento no mês (R\$)	Retorno no mês para o Instituto (%)	Retorno do fundo no mês (%)	VaR no Mês	Cotistas do Mês inicial/final	Prazo Cot/Liq	Ágio/Deságio Acumulado - mês Atual
04.857.834/0001-79	BB RF LONGO PRAZO TESOURO SELIC FIC FI	4.572.142,58	2.138.554,30	0,00	6.768.536,36	57.839,48	1,07%	1,07%	0,05	136877-141939	D+0/D+0	97.835,35
ART 7º, V - Fundos de renda Fixa		4.572.142,58	2.138.554,30	0,00	6.768.536,36	57.839,48						97.835,35



Assinado por 2 passagens: EDINÉIA FERNANDES VALENTE, ROSINEIA DE FÁTIMA FERNANDES VALENTE e GABRIELA FERNANDES VALENTE. Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://saioaoprev1.doc.com.br/verificacao/F3B8-CE78-C211-552C> e informe o código F3B8-CE78-C211-552C.

Assinado por 2 passagens: EDINÉIA FERNANDES, SÔNIA CÂTENI DIAS DI RAGAZZORIO SABIA, ROSINEIA DE FATIMA FERNANDES VALENTIM GOMES
 PARA VERIFICAR A VALIDADE DAS ASSINATURAS, ACESSAR: <https://saioaoprev1.doc.com.br/verificacao/F3B8-CE78-C211-552C> e informe o código F3B8-CE78-C211-552C
 PARA VERIFICAR A VALIDADE DAS ASSINATURAS, ACESSAR: <https://saioaoprev1.doc.com.br/verificacao/F3B8-CE78-C211-552C> e informe o código F3B8-CE78-C211-552C

Assinado por 2 passagens: EDINÉIA FERNANDES, SÔNIA CÂTENI DIAS DI RAGAZZORIO SABIA, ROSINEIA DE FATIMA FERNANDES VALENTIM GOMES
 PARA VERIFICAR A VALIDADE DAS ASSINATURAS, ACESSAR: <https://saioaoprev1.doc.com.br/verificacao/F3B8-CE78-C211-552C> e informe o código F3B8-CE78-C211-552C
 PARA VERIFICAR A VALIDADE DAS ASSINATURAS, ACESSAR: <https://saioaoprev1.doc.com.br/verificacao/F3B8-CE78-C211-552C> e informe o código F3B8-CE78-C211-552C

Assinado por 2 passagens: EDINÉIA FERNANDES, SÔNIA CÂTENI DIAS DI RAGAZZORIO SABIA, ROSINEIA DE FATIMA FERNANDES VALENTIM GOMES
 PARA VERIFICAR A VALIDADE DAS ASSINATURAS, ACESSAR: <https://saioaoprev1.doc.com.br/verificacao/F3B8-CE78-C211-552C> e informe o código F3B8-CE78-C211-552C
 PARA VERIFICAR A VALIDADE DAS ASSINATURAS, ACESSAR: <https://saioaoprev1.doc.com.br/verificacao/F3B8-CE78-C211-552C> e informe o código F3B8-CE78-C211-552C

Assinado por 2 passagens: EDINÉIA FERNANDES, SÔNIA CÂTENI DIAS DI RAGAZZORIO SABIA, ROSINEIA DE FATIMA FERNANDES VALENTIM GOMES
 PARA VERIFICAR A VALIDADE DAS ASSINATURAS, ACESSAR: <https://saioaoprev1.doc.com.br/verificacao/F3B8-CE78-C211-552C> e informe o código F3B8-CE78-C211-552C
 PARA VERIFICAR A VALIDADE DAS ASSINATURAS, ACESSAR: <https://saioaoprev1.doc.com.br/verificacao/F3B8-CE78-C211-552C> e informe o código F3B8-CE78-C211-552C

Assinado por 2 passagens: EDINÉIA FERNANDES, SÔNIA CÂTENI DIAS DI RAGAZZORIO SABIA, ROSINEIA DE FATIMA FERNANDES VALENTIM GOMES
 PARA VERIFICAR A VALIDADE DAS ASSINATURAS, ACESSAR: <https://saioaoprev1.doc.com.br/verificacao/F3B8-CE78-C211-552C> e informe o código F3B8-CE78-C211-552C
 PARA VERIFICAR A VALIDADE DAS ASSINATURAS, ACESSAR: <https://saioaoprev1.doc.com.br/verificacao/F3B8-CE78-C211-552C> e informe o código F3B8-CE78-C211-552C

TOTAL CONSOLIDADO	Saldo Inicial no mês (R\$)	Aplicações (R\$)	Resgates (R\$)	Saldo Final no mês (R\$)	Rendimento no mês (R\$)	Ágio/Deságio Acumulado
	247.129.401,85	13.256.981,20	11.945.365,54	251.637.923,71	3.196.906,20	44.085.389,03

9.DESCRITIVO DA SITUAÇÃO DO CONTENCIOSO

A Procuradoria Jurídica do IPSJBV atua conforme as competências estabelecidas no anexo III da Lei Complementar Municipal nº 4.207/2017, destacando-se na representação do instituto perante órgãos judiciais e administrativos, em todas as instâncias e fases dos processos, com o objetivo de resguardar os direitos e interesses institucionais, dada a importância dos litígios para a saúde financeira do Instituto.

Embora a Diretoria Jurídica tenha atribuições diversas, como a elaboração de pareceres relativos a contratos, licitações, projetos de lei, atos normativos e editais, tem oferecido suporte às atividades da procuradoria, especialmente diante do aumento da demanda processual, incluindo situações de incorporação de parcelas destacadas.

A seguir, apresenta-se um resumo dos processos conduzidos pela Procuradoria no mês.

MÊS/ANO	DEMANDA	ATS	REV. BENEFÍCIO - INTEGRALIDADE/ PARIDADE	OUTROS	CONHECIMENTO	EXECUÇÃO	PROCESSOS NOVOS	VALORES PROC. NOVOS
jan/26	42	26	15	1	3	39	0	-
fev/26	33	20	11	2	9	24	2	R\$ 129.760,00
mar/26	58	44	12	2	14	44	4	R\$ 37.135,47
abr/26	49	36	12	1	9	40	2	R\$ 103.058,14

NÚMERO PROCESSO	OBJETO	VALOR DA CAUSA
1005142-39.2025.8.26.0568	ATS/PARCELA DISSÍDIO	R\$ 7.726,55
1005065-30.2025.8.26.0568	APOSENTADORIA ESPECIAL	R\$ 95.331,59
TOTAL DOS NOVOS PROCESSOS DE ABRIL		R\$ 103.058,14

No mês de abril, o São João Prev efetuou o pagamento de obrigações judiciais, conforme o detalhamento abaixo:

- **Requisições de Pequeno Valor (RPV):** Foi pago o montante de R\$ 36.528,26, no Plano Financeiro.

DATA	VALOR POR PROCESSO	ACUMULADO PAGO
17/04/2026	1.907,82	1.907,82
17/04/2026	17.108,85	19.016,67
30/04/2026	17.511,59	36.528,26

Esta movimentação reflete o cumprimento das decisões judiciais e a regularidade do cronograma de pagamentos da autarquia.

A seguir, apresenta-se a relação detalhada dos processos judiciais conduzidos pela Procuradoria do São João Prev no mês de abril, demonstrados de forma individualizada, com o objetivo de proporcionar transparência e clareza sobre a atuação jurídica do Instituto no referido período.

PROCESSO	INT/CIT	TIPO DE PETIÇÃO - DEMANDA	PRAZO	PROTOCOLO	FASE
1000306-86.2026.8.26.0568	25/02/2026	CONTESTAÇÃO - APOS ESPECIAL - CLT ESTAT	10/04/2026	08/04/2026	CONHECIMENTO
0012357-28.2024.5.15.0034	26/03/2026	RAZÕES FINAIS	09/04/2026	09/04/2026	CONHECIMENTO
1001797-07.2021.8.26.0568	04/03/2026	IMPUGNAÇÃO AO AGINT NO ARESP3099862	10/04/2026	10/04/2026	CONHECIMENTO
1004100-52.2025.8.26.0568	15/04/2026	MANIF. DISCORDÂNCIA JULGAMENTO VIRTUAL - SUST ORAL	17/04/2026	16/04/2026	CONHECIMENTO
1004249-48.2025.8.26.0568	01/04/2026	CONTRARRAZÕES À APELAÇÃO	13/05/2026	22/04/2026	CONHECIMENTO
1002213-43.2019.8.26.0568	16/04/2026	CONTRARRAZÕES AO ED	24/04/2026	23/04/2026	CONHECIMENTO
1000448-90.2026.8.26.0568	13/03/2026	CONTESTAÇÃO PARCELA INCORPORAÇÃO	30/04/2026	29/04/2026	CONHECIMENTO
1000440-16.2026.8.26.0568	13/03/2026	CONTESTAÇÃO PARCELA INCORPORAÇÃO	30/04/2026	29/04/2026	CONHECIMENTO
1000486-05.2026.8.26.0568	20/03/2026	CONTESTAÇÃO - RECONHECIMENTO DO PEDIDO	30/04/2026	30/04/2026	CONHECIMENTO
TOTAL DE 09 (NOVE) PROCESSOS DO MÊS NO QUESITO "CONHECIMENTO"					

PROCESSO	INT/CIT	TIPO DE PETIÇÃO - DEMANDA	PRAZO	PROTOCOLO	FASE
0002175-38.2025.8.26.0568	27/02/2026	1DOC PRSCILA IMPLANTAÇÃO BENEFÍCIO	07/04/2026	02/04/2026	EXECUÇÃO
1001174-11.2019.8.26.0568	27/02/2026	MANIFESTAÇÃO/IMPUGNAÇÃO CÁLCULOS	07/04/2026	02/04/2026	EXECUÇÃO
1003573-13.2019.8.26.0568	20/02/2026	MANIFESTAÇÃO/IMPUGNAÇÃO CÁLCULOS	07/04/2026	06/04/2026	EXECUÇÃO
1000948-93.2025.8.26.0568	01/04/2026	CONTRARRAZÕES AO ED	09/04/2026	08/04/2026	EXECUÇÃO

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS
DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA**
CNPJ 05.774.894/0001-90

1006602-32.2023.8.26.0568	04/12/2025	APRESENTAR CÁLCULOS - EXECUÇÃO INVERTIDA	09/04/2026	08/04/2026	EXECUÇÃO
1005270-30.2023.8.26.0568	04/12/2025	APRESENTAR CÁLCULOS - EXECUÇÃO INVERTIDA	09/04/2026	08/04/2026	EXECUÇÃO
1001579-71.2024.8.26.0568	04/12/2025	APRESENTAR CÁLCULOS - EXECUÇÃO INVERTIDA	09/04/2026	08/04/2026	EXECUÇÃO
1000959-59.2024.8.26.0568	11/12/2025	APRESENTAR CÁLCULOS - EXECUÇÃO INVERTIDA	10/04/2026	09/04/2026	EXECUÇÃO
1000963-96.2024.8.26.0568	11/12/2025	APRESENTAR CÁLCULOS - EXECUÇÃO INVERTIDA	10/04/2026	09/04/2026	EXECUÇÃO
1000969-06.2024.8.26.0568	11/12/2025	APRESENTAR CÁLCULOS - EXECUÇÃO INVERTIDA	10/04/2026	09/04/2026	EXECUÇÃO
1000974-28.2024.8.26.0568	11/12/2025	APRESENTAR CÁLCULOS - EXECUÇÃO INVERTIDA	10/04/2026	09/04/2026	EXECUÇÃO
1001192-56.2024.8.26.0568	11/12/2025	APRESENTAR CÁLCULOS - EXECUÇÃO INVERTIDA	10/04/2026	09/04/2026	EXECUÇÃO
1001234-08.2024.8.26.0568	11/12/2025	APRESENTAR CÁLCULOS - EXECUÇÃO INVERTIDA	10/04/2026	09/04/2026	EXECUÇÃO
1003097-62.2025.8.26.0568	11/12/2025	APRESENTAR CÁLCULOS - EXECUÇÃO INVERTIDA	10/04/2026	09/04/2026	EXECUÇÃO
1000966-51.2024.8.26.0568	11/12/2025	APRESENTAR CÁLCULOS - EXECUÇÃO INVERTIDA	10/04/2026	13/04/2026	EXECUÇÃO
1001207-25.2024.8.26.0568	11/12/2025	APRESENTAR CÁLCULOS - EXECUÇÃO INVERTIDA	10/04/2026	13/04/2026	EXECUÇÃO
1001249-74.2024.8.26.0568	11/12/2025	APRESENTAR CÁLCULOS - EXECUÇÃO INVERTIDA	10/04/2026	13/04/2026	EXECUÇÃO
1004234-50.2023.8.26.0568	04/12/2025	APRESENTAR CÁLCULOS - EXECUÇÃO INVERTIDA	10/04/2026	13/04/2026	EXECUÇÃO
1001751-13.2024.8.26.0568	04/12/2025	APRESENTAR CÁLCULOS - EXECUÇÃO INVERTIDA	10/04/2026	13/04/2026	EXECUÇÃO
1001553-73.2024.8.26.0568	04/12/2025	APRESENTAR CÁLCULOS - EXECUÇÃO INVERTIDA	10/04/2026	13/04/2026	EXECUÇÃO
1000981-20.2024.8.26.0568	04/12/2025	APRESENTAR CÁLCULOS - EXECUÇÃO INVERTIDA	10/04/2026	13/04/2026	EXECUÇÃO
1005191-17.2024.8.26.0568	04/12/2025	APRESENTAR CÁLCULOS - EXECUÇÃO INVERTIDA	10/04/2026	13/04/2026	EXECUÇÃO
0000333-86.2026.8.26.0568	04/12/2025	PETIÇÃO MLE	10/04/2026	14/04/2026	EXECUÇÃO
1000964-81.2024.8.26.0568	04/12/2025	APRESENTAR CÁLCULOS - EXECUÇÃO INVERTIDA	17/04/2026	17/04/2026	EXECUÇÃO
1000967-36.2024.8.26.0568	04/12/2025	APRESENTAR CÁLCULOS - EXECUÇÃO INVERTIDA	17/04/2026	17/04/2026	EXECUÇÃO
1001744-21.2024.8.26.0568	04/12/2025	APRESENTAR CÁLCULOS - EXECUÇÃO INVERTIDA	17/04/2026	17/04/2026	EXECUÇÃO
1005099-39.2024.8.26.0568	04/12/2025	APRESENTAR CÁLCULOS - EXECUÇÃO INVERTIDA	17/04/2026	17/04/2026	EXECUÇÃO
1001191-71.2024.8.26.0568	04/12/2025	APRESENTAR CÁLCULOS - EXECUÇÃO INVERTIDA	17/04/2026	17/04/2026	EXECUÇÃO
1001223-76.2024.8.26.0568	04/12/2025	APRESENTAR CÁLCULOS - EXECUÇÃO INVERTIDA	17/04/2026	17/04/2026	EXECUÇÃO
1002994-89.2024.8.26.0568	04/12/2025	APRESENTAR CÁLCULOS - EXECUÇÃO INVERTIDA	17/04/2026	17/04/2026	EXECUÇÃO
1004671-91.2023.8.26.0568	04/12/2025	APRESENTAR CÁLCULOS - EXECUÇÃO INVERTIDA	17/04/2026	17/04/2026	EXECUÇÃO
1005065-30.2025.8.26.0568	06/03/2026	CONTESTAÇÃO - RECONHECIMENTO DO PEDIDO	23/04/2026	22/04/2026	EXECUÇÃO

1004228-43.2023.8.26.0568	11/12/2025	APRESENTAR CÁLCULOS - EXECUÇÃO INVERTIDA	10/04/2026	23/04/2026	EXECUÇÃO
1000973-43.2024.8.26.0568	11/12/2025	APRESENTAR CÁLCULOS - EXECUÇÃO INVERTIDA	10/04/2026	23/04/2026	EXECUÇÃO
1000977-80.2024.8.26.0568	11/12/2025	APRESENTAR CÁLCULOS - EXECUÇÃO INVERTIDA	10/04/2026	23/04/2026	EXECUÇÃO
1001211-62.2024.8.26.0568	11/12/2025	APRESENTAR CÁLCULOS - EXECUÇÃO INVERTIDA	10/04/2026	23/04/2026	EXECUÇÃO
1005089-92.2024.8.26.0568	11/12/2025	APRESENTAR CÁLCULOS - EXECUÇÃO INVERTIDA	10/04/2026	23/04/2026	EXECUÇÃO
0002172-20.2024.8.26.0568	01/04/2026	PETIÇÃO CUMPRIMENTO PARCIAL OB FAZER	13/05/2026	28/04/2026	EXECUÇÃO
0002175-38.2025.8.26.0568	09/04/2026	PETIÇÃO CUMP OB FAZER	28/04/2026	28/04/2026	EXECUÇÃO
0000176-50.2025.8.26.0568	16/04/2026	PRISCILA - 1DOC	24/04/2026	30/04/2026	EXECUÇÃO
TOTAL DE 40 (QUARENTA) PROCESSOS DO MÊS NO QUESITO "EXECUÇÃO"					

Com base nos quadros apresentados, constata-se que tramitaram na Procuradoria do São João Prev 49 (quarenta e nove) processos no mês de abril de 2026.

Sobre a questão da economia feita pela procuradoria nas demandas que envolvem obrigações de pagar:

A maioria das ações enfrentadas pelo Instituto na atualidade tratam da cobrança de verbas que deixaram de ser pagas aos segurados durante o seu período de atividade, ou seja, verbas que eram incluídas nos proventos como se fossem de caráter eventual e eram, na verdade, verbas de caráter permanente, e que, por isso mesmo, deveriam compor a base de cálculo de outras verbas, o que tem sido reconhecido pela própria municipalidade com a edição de leis que corrigem tais inconsistências, e que, por isso mesmo, acabam por gerar/aumentar o passivo judicial pelo recebimento de valores retroativos.

Dessa forma, não obstante o esforço desta procuradoria em contestar e manejar todos os recursos cabíveis em tais ações, o resultado geralmente é favorável ao requerente e desfavorável para a autarquia previdenciária e para o município.

Em tais processos (diferentemente dos processos anteriores à atuação da procuradoria, geralmente de aposentadoria especial, em que, na execução, o exequente

oferecia os cálculos que eram contestados pelo IPSJBV, que, por vezes constatava excesso de execução, e, conseqüentemente, uma economia mensurável) a execução é feita na forma invertida, em que o Instituto apresenta os cálculos que geralmente são aceitos pelo requerente, o que evidencia uma economia, mas torna impossível sua mensuração.

Todavia, em algumas poucas ações recentes (2024 e 2025), geralmente as de servidores que migraram do regime celetista para o estatutário, o São João Prev tem obtido importantes vitórias cuja economia em valores pode ser estimada, ainda que de forma incipiente.

São João da Boa Vista, 13 de maio de 2026

Ednéia Ridolfi
Diretora Adm/Financeira

Sérgio Venício Dragão
Superintendente